



CÂMARA DOS DEPUTADOS.

48 - EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 733/2025

Emenda que propõe acréscimo de Alínea ao texto do Inciso I do Art.22 do PL 733/2025 que dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

“Art. 22. Compete ao CAP:

I - ...

[...]

e) o processo de elaboração e atualização do Plano Mestre do porto ou do complexo portuário pelo Poder Concedente, assegurando que sua visão estratégica e as necessidades locais e/ou regionais sejam consideradas na formulação das diretrizes portuárias.”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da alínea "e" busca reforçar o papel do Conselho de Autoridade Portuária como instância estratégica no processo de elaboração e atualização dos Planos Mestres dos portos, ao assegurar que sua visão especializada e seu profundo conhecimento sobre a comunidade portuária sejam devidamente integrados às diretrizes formuladas pelo Poder Concedente.

Composto por representantes da comunidade portuária, o Conselho possui informações privilegiadas e técnicas, fundamentais para projetar a demanda e a capacidade de atendimento das movimentações portuárias no horizonte do planejamento.

Além disso, o Conselho detém competência para avaliar as condições de acessos terrestres e aquaviários ao porto, bem como realizar análises estratégicas fundamentadas em critérios teóricos e práticos. Essa perspectiva abrangente e contextualizada permite que o Conselho contribua para a definição de diretrizes que promovam a inserção harmoniosa do porto e do complexo portuário, tanto local quanto regionalmente, no sistema portuário nacional.

A medida também fortalece a valorização das vantagens competitivas de cada porto, alinhando-se aos princípios de eficiência, sustentabilidade e desenvolvimento regional equilibrado. Dessa forma, a alínea em questão promove decisões mais acertadas e aderentes às realidades e potencialidades do setor portuário, aprimorando o planejamento estratégico nacional.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2025

Tadeu Veneri
Deputado Federal PT/PR

